



Sede Administrativa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas, parecer do Conselho Fiscal, relatório dos auditores independentes e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que compartilhamos as principais realizações que marcaram o ano de 2023, um período de conquistas significativas e que antecede um marco extraordinário em nossa jornada - os 50 anos da SANASA.

Ao nos aproximarmos de nosso meio século de existência, reafirmamos nosso compromisso inabalável com a excelência na prestação de serviços à população de Campinas, com a entrega de um volume recorde de investimentos de mais de R\$ 307 milhões, que permitiram modernizar nossa infraestrutura e ampliar os acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e de coleta e afastamento de esgoto.

A busca por fontes de financiamento permitiu-nos investir com responsabilidade. A captação de recursos junto à Corporação Andina de Fomento - CAF e International Finance Corporation - IFC demonstra a nossa habilidade em garantir recursos alinhados com nossas metas de crescimento.

A performance positiva da Companhia também refletiu nos indicadores financeiros, registrando um crescimento da receita operacional líquida na ordem de 13,12% em comparação a 2022, e avanço do EBITDA em 11,72% no mesmo período. A geração de mais de R\$ 942 milhões em valores tangíveis para a sociedade, com um aumento de 7,87% em relação ao ano anterior, demonstra nosso comprometimento na construção de um futuro sustentável para as gerações vindouras.

Nosso volume de água tratada e distribuída chegou a quase 103 milhões de metros cúbicos em 2023, destacando nossa capacidade contínua de atender à crescente demanda da população. Além disso, a eficiência operacional brilhou com um impressionante Índice de Perdas na Distribuição (IPD) de 20,42%, muito abaixo da média nacional.

Para assegurar a excelência na prestação dos serviços de saneamento, o Conselho de Administração da SANASA aprovou, em dezembro de 2023, o plano de investimentos para os próximos cinco anos, com aportes que serão suportados pela captação de recursos no mercado e pela geração de caixa da Companhia.

Agradecemos a todos que contribuíram por essa incrível jornada e ansiosos para celebrar com vocês as conquistas que estão por vir.

1. Desempenho Operacional

A SANASA é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, Estado de São Paulo, cuja população é de 1.139.047 habitantes, segundo Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A empresa capta água dos Rios Atibaia (99,54%) e Capivari (0,46%) para abastecer toda a cidade.

Em 2023, a SANASA atendeu com água potável encanada 99,84% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento que possuem capacidade de tratamento de até 4.600 litros por segundo (l/s). O volume de água potável produzido em 2023 foi de mais de 102 milhões de metros cúbicos, transportado por meio de 4.811,13 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 73 reservatórios distribuídos pela cidade (26 elevados e 47 semienterrados), com capacidade total de 142.098,37 m³. Esse sistema contemplava 390.989 ligações de água e 542.553 economias, todas equipadas com hidrômetros.

Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atendeu em 2023 a 96,42% da população urbana da cidade, com 360.592 ligações e 495.800 economias, por meio de 4.428,59 km de redes, emissários e interceptores, além de 118 Estações Elevatórias de Esgoto, 19 Estações de Tratamento de Esgoto e 2 Estações de Produção de Água de Reúso (EPAR). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 99,5%, e do esgoto coletado, 94% são tratados.

Indicadores operacionais

Descrição	2020	2021	2022	2023
Água				
Índice de Atendimento com Água	99,81%	99,81%	99,81%	99,84%
Extensão da Rede de Água (km)	4.745,96	4.771,75	4.818,91	4.811,13
Volume de Água Captada e Bombeada (m ³)	112.954.234	108.686.479	106.762.213	106.620.677
Volume de Água Tratada e Distribuída (m ³)	105.660.484	102.307.653	100.405.026	102.826.372
Volume de Outorga Rio Atibaia (l/s)	3.916,67	4.700,00	4.700,00	4.700,00
Volume de Outorga Rio Capivari (l/s)	366,67	366,67	366,67	366,67
Nº de Captações de Água	2	2	2	2
Nº de Estações de Tratamento de Água (ETAs)	5	5	5	5
Capacidade de Tratamento das ETAs (l/s)	4.600	4.600	4.600	4.600
Nº de Estação de Tratamento de Lodo de ETAs (ETL)	1	1	1	1
Nº de Centros de Reservação e Distribuição	41	42	42	42
Nº de Reservatórios	71	73	73	73
Volume de Reservação (m ³)	137.592,37	142.098,37	142.098,37	142.098,37
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	21,50%	20,57%	20,19%	20,42%
Consumo Médio per Capita de Água (litros/hab./dia)	189,37	183,44	185,22	195,34
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	13,47%	11,76%	10,73%	10,88%
Esgoto				
Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto	96,42%	96,42%	96,42%	96,42%
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	95,00%	95,00%	99,50%
Índice de Tratamento de Esgoto	89,56%	89,94%	90,04%	94,00%
Extensão da Rede de Esgoto (km)	4.489,87	4.428,59	4.428,59	4.428,59
Nº de Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs)	106	109	117	118
Nº de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	22	21	21	19
Nº de Estações de Produção de Água de Reúso (*)	1	2	2	2

* 1 em fase de operação e 1 em fase de pré-operação.

Nos quadros a seguir são apresentadas a quantidade de ligações e economias de água e esgoto, segregadas por categoria de consumidores. Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.

Ligações de água e esgoto por categoria de consumidores

Categoria de Consumidores	2020		2021		2022		2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Residencial	329.321	305.745	338.862	313.868	346.473	319.308	354.359	325.963
Comercial	33.850	31.943	34.142	32.208	34.653	32.605	34.862	33.097
Pública	1.306	1.132	1.311	1.128	1.343	1.128	1.343	1.130
Industrial	439	413	434	408	432	405	425	402
Total	364.916	339.233	374.749	347.612	382.901	353.446	390.989	360.592

Economias de água e esgoto por categoria de consumidores

Categoria de Consumidores	2020		2021		2022		2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Residencial	467.866	427.078	477.298	435.209	484.560	441.073	491.072	447.818
Comercial	48.761	45.386	48.620	45.209	49.398	46.016	49.474	46.450
Pública	1.545	1.132	1.550	1.128	1.582	1.128	1.582	1.130
Industrial	439	413	434	408	432	405	425	402
Total	518.611	474.009	527.902	481.954	535.972	488.622	542.553	495.800

Em 2023, a SANASA alcançou um volume faturado de água de 90.664 mil m³, 2,95% superior ao apurado no ano de 2022. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,42% em 2023, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (37,78%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2022). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 10,88% em 2023, também inferior à média de perdas de 32,62% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto dos últimos quatro anos, segregados por categoria de consumidores, em milhares de m³, bem como a variação percentual anual do mesmo período.

Volume faturado de água – 2020 a 2023 (em milhares de m³)

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Água				Variação %		
	2020	2021	2022	2023	2021 x 2020	2022 x 2021	2023 x 2022
Residencial	73.795	77.471	77.081	79.498	4,98%	-0,50%	3,14%
Comercial	7.704	8.030	8.639	9.052	4,23%	7,58%	4,78%
Pública	1.305	1.361	1.876	1.644	4,29%	37,84%	-12,37%
Industrial	466	448	471	470	-3,86%	5,13%	-0,21%
Total	83.270	87.310	88.067	90.664	4,85%	0,87%	2,95%

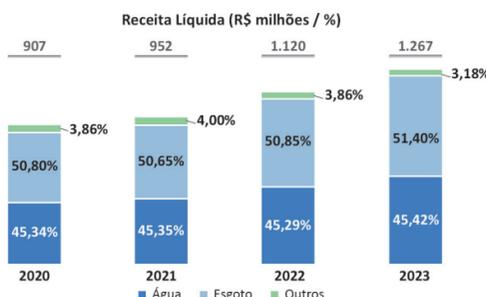
Volume faturado de esgoto – 2020 a 2023 (em milhares de m³)

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Esgoto				Variação %		
	2020	2021	2022	2023	2021 x 2020	2022 x 2021	2023 x 2022
Residencial	64.754	67.749	67.238	69.663	4,63%	-0,75%	3,61%
Comercial	7.164	7.452	8.182	8.667	4,02%	9,80%	5,93%
Pública	1.313	1.320	1.597	1.622	0,53%	20,98%	1,57%
Industrial	422	448	434	491	6,16%	-3,13%	13,13%
Total	73.653	76.969	77.451	80.443	4,50%	0,63%	3,86%

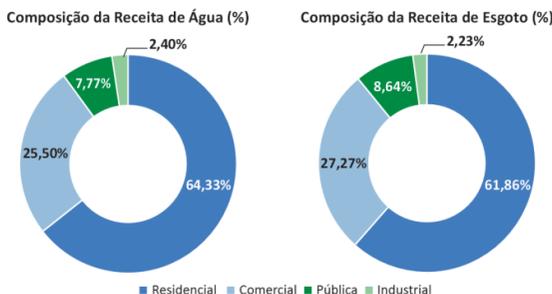
2. Desempenho Econômico-financeiro

2.1 Receita Líquida

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 13,12%, quando comparada ao ano de 2022, influenciada por uma combinação de fatores, tais como: revisão tarifária de 9,04% para as tarifas de água e esgoto e reajuste tarifário de 7,17% para os demais serviços, com vigência a partir de fevereiro de 2023, conforme Resolução ARES-PCJ nº 473/2022; ampliação do número de clientes, sendo 8.088 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 7.146 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário; e crescimento do consumo de água pela população, que saiu de 185,22 litros/hab./dia, em 2022, para 195,34 litros/hab./dia, em 2023.



A estrutura tarifária da Companhia é dividida em categorias residencial, comercial, pública e industrial. A receita é composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais no município de Campinas, representando 64,33% das receitas de água e 61,86% das receitas de esgoto.



2.2 EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 326.083 mil em 2023, contra R\$ 291.883 mil no ano anterior, o que representa um crescimento de 11,72%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 25,74% em 2023, ante 26,07% em 2022. Esse resultado é decorrente do crescimento de 13,12% na receita operacional líquida e de 13,61% nos custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações, e líquido das outras receitas).

Reconciliação do EBITDA (em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Resultado Líquido do Exercício	146.914	93.096	119.811	111.798
(±) Tributos sobre o lucro	9.340	6.400	9.655	7.711
(+) Resultado financeiro	21.865	73.076	92.262	122.873
(+) Depreciações e amortizações	74.394	71.312	70.155	83.701
(=) EBITDA	252.513	243.884	291.883	326.083
(+) Receita Operacional Líquida	907.244	951.540	1.119.809	1.266.709
(=) Margem EBITDA (%)	27,83%	25,63%	26,07%	25,74%

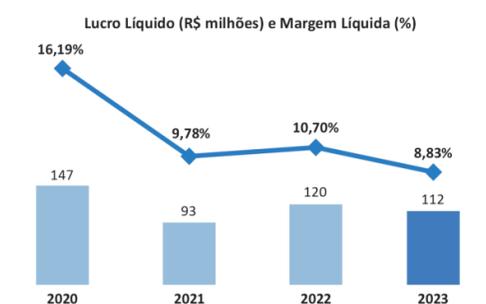
A conversão do EBITDA em caixa foi de 88,65% em 2023, contra 120,23% registrado no ano anterior.

Conversão de EBITDA em caixa – 2020 a 2023 (em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2020	2021	2022	2023
Caixa Líquido Atividades Operacionais	126.426	144.555	247.375	177.176
(+) Juros Pagos (ajuste)	60.104	82.503	103.549	111.894
(=) Geração de Caixa Operacional Ajustado	186.530	227.058	350.924	289.070
(+) EBITDA	252.513	243.884	291.883	326.083
(=) Conversão de EBITDA em Caixa (%)	73,87%	93,10%	120,23%	88,65%

2.3 Lucro Líquido e Margem Líquida

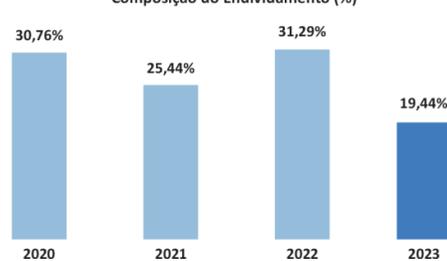
A SANASA registrou uma diminuição de 6,69% no lucro líquido, que foi de R\$ 111.798 mil em 2023 (R\$ 119.811 mil em 2022). A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 8,83%, ante uma margem líquida de 10,70%, apurada no ano de 2022.



2.4 Endividamento, Dívida Líquida e Rating

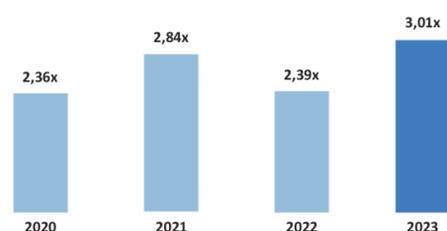
Em 2023, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 19,44%, frente ao índice de 31,29% registrado no ano anterior.

Composição do Endividamento (%)



A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 40,52%, passando de R\$ 697.388 mil em 2022, para R\$ 979.961 mil em 2023. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, foi aumentada de 2,39 vezes, em 2022, para 3,01 vezes em 2023.

Dívida Líquida / EBITDA

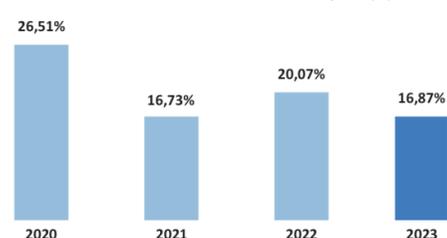


Em 14 de agosto de 2023, a Agência de rating Fitch publicou relatório, afirmando o rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em A(bra), sendo que a Perspectiva do rating corporativo permaneceu estável.

2.5 Rentabilidade

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 16,87%, ante uma rentabilidade de 20,07% obtida no ano anterior.

Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (%)



2.6 Geração de Valor

Em 2023, a SANASA gerou R\$ 942.266 mil em valores tangíveis para a sociedade, que representa um acréscimo de 7,87% em relação à distribuição do valor adicionado de 2022. Esse número engloba pagamento de tributos, juros, aluguéis, remuneração e benefícios a empregados e administradores, além da remuneração aos acionistas. Dos valores adicion

continuação >>>

5. Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia está sujeita a uma Política para Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2018, que se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. A referida política disciplina os procedimentos de contratação envolvendo a atual empresa de auditoria independente para a realização de serviços extra auditoria, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário. Tal

documento define, ainda, uma lista de serviços não relacionados à auditoria externa cuja contratação é vedada.

A SANASA mantém contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras do exercício de 2023, e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as Informações Contábeis Intermediárias dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2023. A BDO também foi contratada para a asseguuração limitada do Relatório Operacional em Forma Longa, para atendimento específico de operações de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, e do Relatório

de Sustentabilidade, ambos relativos ao exercício de 2023, e também para a elaboração de Relatório do Auditor Independente sobre o cumprimento de índices financeiros (covenants), especificamente para o contrato perante o *International Finance Corporation – IFC*, no idioma Português e tradução para o Inglês (*Free Translation*), do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Não foram prestados pelos Auditores Independentes outros serviços que não os aqui relacionados. O EBITDA e as informações não financeiras incluídas neste relatório, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	320.445	81.884	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	13	112.186	150.310
Contas a receber	5 e 16	264.586	227.219	Fornecedores	14	83.407	72.836
Estoques	6	24.944	20.840	Salários e encargos sociais	17	69.766	92.743
Impostos e contribuições a compensar	7	1.312	730	Impostos e contribuições a recolher	15	19.856	19.204
Despesas antecipadas		5.774	5.137	Provisões para benefícios a empregados	18	23.337	18.065
Outros ativos		236	347	Dividendos e JCP a pagar	21b	5.859	6.263
Total do Ativo Circulante		617.297	336.157	Subvenções governamentais	20	9.019	8.981
				Outras contas a pagar		11.414	9.304
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		334.844	377.706
Realizável a Longo Prazo				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	9	19.740	14.893	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	13	1.188.220	628.962
Contas a receber	5 e 16	44.842	36.433	Passivos fiscais diferidos	27	8.197	6.931
Ativos fiscais diferidos	8	9.948	8.959	Subvenções governamentais	20	141.469	150.520
Depósitos judiciais	10	65.825	62.460	Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	19	19.779	4.965
Outros ativos		5.104	2.143	Provisões para benefícios a empregados	18	28.875	36.467
Total do Realizável a Longo Prazo		145.459	124.888	Outras contas a pagar		1.426	1.536
Investimentos		270	262	Total do Passivo Não Circulante		1.387.966	829.381
Imobilizado	11	1.616.931	1.349.093	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	12	34.344	30.374	Capital social	21a	600.534	508.210
Total do Ativo Não Circulante		1.797.004	1.504.617	Reservas de capital		23	1.946
TOTAL DO ATIVO		2.414.301	1.840.774	Reservas de lucros	21b	41.792	90.401
				Dividendo adicional proposto	21b	64.147	48.742
				Outros resultados abrangentes		(15.005)	(15.612)
				Total do Patrimônio Líquido		691.491	633.687
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.414.301	1.840.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto, resultado por ação em reais)

	Nota	2023	2022
Receita Operacional Líquida	22	1.266.709	1.119.809
Custos dos Serviços Prestados	23	(663.846)	(602.018)
Lucro Bruto		602.863	517.791
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	24	(152.088)	(129.728)
Despesas gerais e administrativas	24	(271.545)	(224.842)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	63.152	58.507
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		242.382	221.728
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	26	59.478	53.783
Despesas financeiras	26	(182.351)	(146.045)
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro		119.509	129.466
Contribuição Social			
Corrente	15	(7.495)	(13.304)
Diferido	15	(216)	3.649
Lucro Líquido do Exercício	21c	111.798	119.811
Resultado por ação ordinária-básico e diluído		0,19	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	111.798	119.811
Resultados abrangentes a serem classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Ganhos e perdas atuariais	667	(14.941)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais	(60)	1.345
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	607	(13.596)
Resultado Abrangente do Exercício	112.405	106.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Incentivos Governamentais				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		453.185	3.399	34.329	25.595	19.243		560.394
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	119.811	119.811
Destinação do resultado do exercício:								
Ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	(14.941)	(14.941)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	1.345	1.345
Incentivos governamentais		-	-	9.951	-	-	-	-
Reserva legal	21b	-	-	-	-	5.493	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	-	-	-	-	-	(6.263)	(6.263)
Dividendo adicional de 2021	21b	-	-	-	-	-	(26.659)	(26.659)
Dividendo adicional proposto	21b	-	-	-	-	-	20.005	-
Juros sobre capital próprio proposto	21b	-	-	-	-	-	(28.737)	-
Reserva de lucros para investimentos	21b	-	-	-	49.362	-	-	-
Capitalização de reservas	21d	55.025	(1.453)	(34.329)	-	(19.243)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		508.210	1.946	9.951	74.957	5.493		633.687
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	111.798	111.798
Destinação do resultado do exercício:								
Ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	667
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	(60)
Incentivos governamentais		-	-	9.012	-	-	(9.012)	-
Reserva legal	21b	-	-	-	-	5.139	(5.139)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	-	-	-	-	-	(5.859)	(5.859)
Dividendo adicional de 2022	21b	-	-	-	-	-	(48.742)	(48.742)
Dividendo adicional proposto	21b	-	-	-	-	-	30.006	-
Juros sobre capital próprio proposto	21b	-	-	-	-	-	(34.141)	-
Reserva de lucros para investimentos	21b	-	-	-	27.641	-	(27.641)	-
Capitalização de reservas	21d	92.324	(1.923)	(9.951)	(74.957)	(5.493)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		600.534	23	9.012	27.641	5.139		691.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
1 - RECEITAS	1.326.633	1.184.847
1.1) Abastecimento de água e saneamento	1.276.032	1.119.129
1.2) Prestação de serviços	38.930	42.785
1.3) Redes de água e esgoto	6.625	6.380
1.4) Outras receitas (despesas) operacionais	63.151	58.507
1.5) Receitas relativas à construção de ativos próprios	22.385	19.375
1.6) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(constituição)	(80.490)	(61.329)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(360.144)	(294.948)
2.1) Matérias-primas consumidas	(42.332)	(37.921)
2.2) Custos dos serviços vendidos	(217.813)	(183.360)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.999)	(73.667)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	966.489	889.899
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(83.701)	(70.155)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	882.788	819.744
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	59.478	53.783
6.1) Receitas financeiras	59.478	53.783
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	942.266	873.527
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	942.266	873.527
8.1) Empregados	460.314	433.735
8.1.1) Remuneração direta	332.503	310.790
8.1.2) Benefícios	104.411	100.639
8.1.3) F.G.T.S.	23.400	22.306
8.2) Tributos	157.574	148.521
8.2.1) Federais	145.880	137.402
8.2.2) Estaduais	4.727	4.642
8.2.3) Municipais	6.967	6.477
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	212.580	171.460
8.3.1) Juros	103.389	87.510
8.3.2) Aluguéis	30.229	25.415
8.3.3) Outras despesas financeiras	78.962	58.535
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	111.798	119.811
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	34.141	35.000
8.4.2) Dividendos	35.865	20.005
8.4.3) Lucros Retidos	41.792	64.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	119.509	129.466
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e amortizações	83.701	70.155
Custos das baixas do ativo imobilizado e intangível	1.938	313
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	69.941	51.881
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10.548	9.448
Tributos diferidos e a compensar	277	(4.995)
Juros sobre financiamentos	124.840	104.779
Subvenções governamentais realizadas	(9.010)	(9.952)
Encargos financeiros antecipados	2.956	1.476
Encargos financeiros arrendamentos	11.992	5.836
Variações monetárias sobre financiamentos	19.045	16.500
Ajustes dos planos de benefícios a empregados	607	(13.596)
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	14.814	1.250
Ajustes arrendamentos	(722)	(972)
Perdas estimadas para redução do valor recuperável	1.075	-
Fluxos de caixa das Atividades Operacionais	451.511	361.589
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimentos a faturar	(126.176)	(39.815)
Estoques	(4.104)	(4.170)
Contas a pagar fornecedores	10.570	27.646
Contas a pagar a empregados ou por conta de empregados	(26.518)	16.767
Despesas antecipadas	(1.017)	(1.546)
Juros pagos	(111.894)	(103.549)
Pagamento/restituição de IRPJ ou CSLL	(10.349)	(7.688)
Depósitos vinculados	(4.847)	(1.859)
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	177.176	247.375
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento		
Compra de ativo imobilizado	(307.638)	(132.225)
Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimento	(307.638)	(132.225)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento		
Financiamentos obtidos	614.396	46.465
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(55.004)	(55.004)
Amortizações de financiamentos	(152.660)	(76.357)
Pagamento de passivos por arrendamento	(37.709)	(33.364)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Atividades de Financiamento	369.023	(118.260)
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	238.561	(3.110)
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	81.884	84.994
Saldo Final do Caixa e Equivalentes de Caixa	320.445	81.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Barão Geraldo

continuação >>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, e regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC). A Companhia tem por objeto social planejar, executar, fiscalizar, operar e manter os serviços públicos e privados de saneamento básico, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia gerada em suas unidades para si ou para terceiros, comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, utilização de redes para a instalação de fibras óticas, prestação de serviço de assessoria, consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANASA e para o Município de Campinas, dentro ou fora de seus limites territoriais, no Brasil ou no exterior, asseguradas, em caráter prioritário, as condições de correta e adequada operação e administração dos serviços de atendimento sanitário no Município de Campinas. Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, a SANASA também ficou autorizada a participar de outras sociedades, empresas públicas ou sociedades de economia mista nacionais e internacionais, caso haja viabilidade econômico-financeira que resulte em lucros para a SANASA, além de poder constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico. A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2 BASE DE PREPARAÇÃO**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 21 de março de 2024.

2.2 Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios e, portanto, avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para a continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, razão pela qual as Demonstrações Contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas demonstrações e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 5 - Contas a receber;
- Nota nº 11 - Imobilizado e arrendamento;
- Nota nº 12 - Intangível;
- Nota nº 13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos;
- Nota nº 18 - Provisões para benefícios a empregados; e
- Nota nº 19 - Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. A Companhia não opera por contrato de concessão, portanto, não alcançada pela ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão.

a) Instrumentos financeiros**a.1) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros, classificação, reconhecimentos e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. (iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos.

a.3) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. A Companhia não mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar operações de antecipação de recebíveis com seus fornecedores.

a.4) Capital Social**a.4.1) Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os

valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os instrumentos financeiros do grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo por meio do Resultado" que abrangem caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 30.

c) Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro está demonstrada na nota explicativa nº 30.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Intangível**f.1) Intangíveis com direitos de uso**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra do bem, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada;
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada); e
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Natureza dos arrendamentos da Companhia:

A Companhia arrenda veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operatrizes, equipamentos e imóvel, no montante líquido de R\$ 102.618. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado no final do contrato.

O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O arrendador deve substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, quando completarem 120.000 quilômetros percorridos por outros veículos zero quilômetro nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Previdência privada;
- Assistência médica;
- Indenização por aposentadoria e por invalidez; e
- Auxílio funeral.

Os referidos benefícios estão descritos na nota explicativa nº 18.

i) Redução ao valor recuperável - Impairment**i.1) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida ou ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e não identificou, em 31 de dezembro de 2023, qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do Teste de Redução ao Valor Recuperável (*impairment*) para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC's), além disso, a Companhia está amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização. Adicionalmente, a SANASA possui como UGC's os segmentos de sistema operativo de água e sistema operativo de esgoto.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais**k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento**

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento das receitas ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber, sendo apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da leitura até o fim do período contábil.

k.2) Receita de prestação de serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k.3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos é apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, ratificado pela Resolução CVM nº 96/2022.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária.

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária Nos anos 1990 algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário por o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

No julgamento de Ação Direta Inconstitucional ("ADI") 15, ocorrida no ano de 2007, o STF afirmou a constitucionalidade da contribuição e, consequentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários ("RE") 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, em que o STF apreciaria o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos recolhidos de forma continuada, ou seja, aqueles que se repetem periodicamente, perde seus efeitos no momento em que a Corte se pronunciar em sentido contrário.

Como a matéria tem por base os efeitos da ADI de 2007, o STF entende que não há o que se falar em efeitos de modulação a partir de 2023, retroagindo os seus efeitos da decisão do STF até 2007.

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final de um processo específico para a afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão do STF posterior, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, em sentido contrário, ou seja, pela legitimidade da exigência do tributo, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento a partir da data do julgamento do STF, sendo que as coisas julgadas suscetíveis de serem alcançadas por essa nova decisão do STF são aquelas de trato continuado em matéria tributária, ou seja, aqueles tributos que se repetem continuamente, por exemplo que se calculam e recolhem em bases mensais, trimestrais ou anuais. Assim, os pressupostos para que a coisa julgada individualmente formada deixe de produzir seus efeitos passam a ser:

- A entidade tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e
- O STF defina, em repercussão geral ou em controle concentrado, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão individual obtida pela empresa em momento posterior ao do trânsito em julgado em julgado individual, não sendo qualquer decisão do STF que cessará a coisa julgada, mas apenas as proferidas sob o rito de repercussão geral ou de controle concentrado.

Como resultado do acima, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023, incluindo o processo de imunidade tributária federal (proc. nº 2008.03.00.048892-3) e, como resultado desta avaliação, em consonância com a NBC TG 25 (R2)/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e NBC TG 32 (R4)/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ITG 22 (R1) IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, não identificou "até a presente data" ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

o.1) IFRIC 23/ITG 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz da NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos da NBC TG 41 (R2) - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os seguintes segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas: sistema operativo de água e sistema operativo de esgoto. As informações por segmentos de negócios são demonstradas na nota explicativa nº 28.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros: A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabil



Membranas Ultrafiltrantes - EPAR Capivari II



continuação >>>

esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

u) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2023

O IASB emitiu/revisou algumas normas que terão adoção para o exercício de 2024 ou após: **Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.

Alterações na norma IAS 1/CPC 26: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.

Alterações na norma IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): Esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.

Alterações na norma IAS 21/CPC 02 (R2): Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	3.122	13.118
Aplicações financeiras	317.323	68.766
Total	320.445	81.884

As aplicações financeiras são constituídas por fundo de renda fixa, e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras em rendas fixas são remuneradas por taxas variáveis de 83,18% a 101,50% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.2.

5 CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Água e esgoto - consumidores	267.554	229.704
Água e esgoto - partes relacionadas	7.557	5.777
Contratos de prestação de serviços - consumidores	24.014	21.751
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas	146	197
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	46.049	33.245
Total	345.320	290.674
Menos:		
Perdas com créditos de liquidação duvidosa (Lei 9.430/96)	(26.755)	(22.005)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(47.608)	(37.060)
Ajustes a valor presente	(6.371)	(4.390)
Saldo líquido de contas a receber Circulante	264.586	227.219
Não circulante		
Contratos de prestação de serviços - consumidores	7.968	5.893
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas	15	32
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	47.142	39.607
Total	55.125	45.532
Menos:		
Ajustes a valor presente	(10.283)	(9.099)
Saldo líquido de contas a receber Não Circulante	44.842	36.433
Total	309.428	263.652

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Contratos	Data	Obra	Previsão de resgate	31/12/2023	31/12/2022
PRODES-075/2016 ^(a)	27/12/2017	ETE Boa Vista	-	11.748	10.416
157.950-07 ^(b)	12/04/2004	Sistema Anhumas	Agosto/2044	588	520
20/308.070-2 ^(b)	12/04/2004	ETE Sosas	Agosto/2044	101	89
20/308.073-6 ^(b)	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Agosto/2044	65	58
20/299.470-5 ^(b)	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Agosto/2044	285	253
410.018-73/13 ^(b)	04/12/2015	Abastecimento de água	Agosto/2044	705	624
423.127-67/14 ^(b)	17/11/2015	Esgotamento sanitário Palmares	Agosto/2044	244	207
423.126-53/14 ^(b)	09/05/2014	ETE Boa Vista	Agosto/2044	197	174
520.217-27	23/09/2019	Troca de rede de água	Agosto/2044	4.636	1.914
526.794-49/21	11/05/2023	Retrofit ETE Anhumas	Agosto/2044	27	-
441.917-02 ^(c)	26/09/2017	Saneamento para Todos - Melhoria sist. água	Agosto/2044	366	222
441.921-63 ^(c)	26/09/2017	Saneamento para Todos - Esgoto sanitário	Agosto/2044	768	416
Total				19.740	14.893
Circulante				-	-
Não Circulante				19.740	14.893

a) Caixa Econômica Federal - FIF Despoluição Bacias Hidrográficas: Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem obra em andamento vinculada a este programa:

Contrato PRODES 075/2016 - ETE Boa Vista: O valor desembolsado pelo PRODES para a consecução do objeto deste contrato é de R\$ 7.300. Este montante será pago à Companhia em 12 (doze) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir da plena operação e do início da certificação da Estação de Tratamento de Esgoto.

b) Caixa Econômica Federal - FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva: Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplimento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

c) Caixa Econômica Federal - Programa Saneamento Para Todos: Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento do Programa de Saneamento Para Todos, cujos recursos se tratam de contrapartida de 10% do valor total do investimento, destinados à regularização de eventual inadimplimento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

As contas vinculadas se trata de aplicações financeiras em renda fixa, com rentabilidade diária, remuneradas por taxas variáveis de 96,87% a 104,73% do CDI.

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de processos judiciais ^(a)	49.662	29.077
Depósitos contribuição Previdenciária INSS ^(b)	-	28.515
Depósitos recursais - FGTS	14.449	2.455
Depósitos judiciais - processos cíveis	1.012	1.686
Depósitos judiciais - Auto INSS	702	664
Autos de Penhora Trabalhista	-	63
Total	65.825	62.460

a) Em 21/08/2020, foi efetuado um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 28.543, referente à Ação Anulatória de débito fiscal (proc. nº 5006934-81.2020.4.03.6105), nos termos do item "c2" da nota explicativa 19.4, a qual está pendente de julgamento. Em 16/11/2020, efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 3.012, referente ao Processo Judicial de Tutela Antecipada Antecedente (proc. nº 5011221-87.2020.4.03.6105), nos termos do item "m.1" da nota explicativa 19.4, a qual está pendente de julgamento. Em 18/08/2023, efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 7.704, referente ao Processo Judicial de Mandado de Segurança (proc. nº 5006126-71.2023.4.03.6105), nos termos do item "p" da nota explicativa 19.4, a qual está pendente de julgamentos. Em 27/12/2023, efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data, em R\$ 10.403, referente ao Processo Judicial de Tutela Antecipada Antecedente (proc. nº 5006520-40.2023.4.03.6105), nos termos do item "a" e "r" da nota explicativa 19.4.

b) Refere-se ao depósito do INSS do período de dezembro de 2021 até março de 2022, devido ao fato de que a Companhia, no período mencionado, não estava gerando a guia do INSS no modelo DARF emitido pelo DCTFweb, em razão de divergências cadastrais no eSocial. A Companhia, em 06/09/2023, requereu uma liminar para fins de emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEN), a qual em foi deferida em 11/09/2023. Diante do indeferimento, solicitou audiência conciliatória para 11/10/2023, está restou infrutífera sob a promessa de análise urgente dos depósitos judiciais juntos à Receita Federal do Brasil. Em 31/10/2023 a União se manifestou informando as divergências de valores, bem como a divergência relativos aos códigos de operações de depósitos. Em 23/11/2023, a SANASA promoveu a complementação dos depósitos judiciais, bem como os pedidos de conversão dos depósitos para as contas judiciais corretas, sendo que, em 28/11/2023 a União suspendeu a exigibilidade dos débitos previdenciários e o processo remetido para sentença.

11 IMOBILIZADO E ARRENDAMENTO

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
% - Taxa média anual depreciação		
Depre-		
ci-		
ação		
acumu-		
lada		
Valor		
Líquido		
Valor		
Líquido		
Terrenos	29.294	29.276
Edificações	86.641	53.328
Edificações de Sistemas		
Operativo de Esgoto	4%	143.592
Sistema Operativo de Esgoto	4%	712.593
Sistema Operativo de Água	2%	622.395
Instalações Gerais	10%	298.415
Móveis e Utensílios	10%	14.269
Máquinas e Equipamentos	10%	127.516
Computadores e Periféricos	20%	16.735
Veículos	20%	14.969
Máquinas Operatrizes	10%	8.995
Beneficiárias em Imóveis de terceiros	4%	17.326
Arrendamento em Direito de Uso	20%	121.126
Obras em Andamento	-	435.225
Total Ativo Imobilizado	2.649.091	1.616.931

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	269.366	238.253
Vencidos:		
Até 1 mês	50.665	34.371
Entre 1 e 3 meses	22.824	16.825
Entre 3 e 6 meses	23.248	19.206
Entre 6 e 12 meses	4.981	3.945
Acima de 12 meses	29.361	23.606
Subtotal	400.445	336.206
(-) Perdas	(74.363)	(59.065)
(-) Ajuste a valor presente	(16.654)	(13.489)
Total	309.428	263.652

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e estimativas de inadimplências futuras que totalizou em 31 de dezembro de 2023, R\$ 47.608 (R\$ 37.060 em 31 de dezembro de 2022), e as perdas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 26.755 (R\$ 22.005 em 31 de dezembro de 2022), são registradas com base no histórico de perdas da Companhia.

A movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	59.065	47.975
Constituição/(Reversão)	16.057	12.262
Recuperações	(759)	(1.172)
Saldo final	74.363	59.065

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.2.

6 ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	17.319	13.455
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	3.434	2.516
Materiais químicos	1.718	2.486
Materiais de expediente e consumo	1.160	1.313
Outros	1.313	1.070
Total	24.944	20.840

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
CSLL paga por estimativa	490	-
Impostos e contribuições retidos - órgãos públicos	460	422
IRPJ e CSLL a recuperar ^(a)	334	308
INSS a compensar	28	-
Total	1.312	730

Circulante 1.312 **730**

Não Circulante - -

a) Os saldos CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos do exercício de 2009 referente às retenções na fonte e pagamentos a maior, sendo que CSLL paga por estimativa durante o ano corrente, até o momento, não foram utilizados na sua totalidade, pois nas duas primeiras compensações por DComp foram gerados pela Receita Federal do Brasil os processos administrativos 10.830.903.090/2013-04 e 10.830.903.253/2013-41, que encontram-se em fase de análise da manifestação de inconformidade, bloqueando a utilização do valor constante do balanço.

8 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

	Base de Cálculo	Contribuição Social
Benefícios a empregados	11.718	1.055
Provisões trabalhistas	12.009	1.081
Ajustes a valor presente	16.654	1.499
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	47.608	4.285
Arrendamento mercantil	5.206	468
Provisões cíveis	4.781	430
Provisões fiscais	11.485	1.033
Perda estimada por redução do valor recuperável	1.075	97
Total	9.948	8.959

A contribuição social diferida é calculada sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. A alíquota definida atualmente para determinação da contribuição social diferida é de 9%.

Movimentação da depreciação acumulada do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(33.313)	(1.255)	-	-	(32.058)
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	(57.141)	(5.703)	-	-	(51.438)
Sistema Operativo de Esgoto	(355.474)	(26.248)	-	-	(329.226)
Sistema Operativo de Água	(153.563)	(9.670)	-	-	(143.893)
Instalações Gerais	(258.100)	(7.384)	10	-	(250.726)
Móveis e Utensílios	(11.965)	(385)	636	-	(12.216)
Máquinas e Equipamentos	(94.566)	(6.301)	1.568	-	(89.833)
Computadores e Periféricos	(11.099)	(1.575)	1.155	-	(10.679)
Veículos	(13.993)	(719)	656	-	(13.930)
Máquinas Operatrizes	(8.230)	(364)	194	-	(8.060)
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	(10.999)	(725)	-	-	(10.274)
Arrendamento em Direito de Uso	(23.717)	(21.124)	19.536	-	(22.129)
Total da depreciação do Ativo Imobilizado	(1.032.160)	(81.453)	23.755	-	(974.462)

Saldo Líquido do Ativo Imobilizado 1.616.931 275.955 (8.117) - 1.349.093

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2021
Edificações	(32.058)	(1.218)	-	-	(30.840)
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto	(51.438)	(5.611)	-	-	(45.827)
Sistema Operativo de Esgoto	(329.226)	(23.204)	-	-	(306.022)
Sistema Operativo de Água	(143.893)	(7.162)	-	-	(136.731)
Instalações Gerais	(250.726)	(7.277)	555	-	(244.004)
Móveis e Utensílios	(12.216)	(378)	271	-	(12.109)
Máquinas e Equipamentos	(89.833)	(6.508)	678	-	(84.003)
Computadores e Periféricos	(10.679)	(667)	580	-	(10.592)
Veículos	(13.930)	(682)	31	-	(13.279)
Máquinas Operatrizes	(8.060)	(506)	-	-	(7.554)
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	(10.274)	(691)	-	-	(9.583)
Arrendamento em Direito de Uso	(22.129)	(13.835)	9.020	-	(17.314)
Total da depreciação do Ativo Imobilizado	(974.462)	(67.739)	11.135	-	(917.858)



Reservatório Nova Europa



continuação >>>

Descrição	Saldo em			Transfe- rências	Saldo em		
	31/12/2022	Adições	Baixas		31/12/2021		
Direito de uso de software	(32.190)	(1.524)	-	-	(30.666)		
Permissão de uso de solo	(6.201)	(892)	23	-	(5.332)		
Total da amortização do							
Ativo Intangível	(38.391)	(2.416)	23	-	(35.998)		
Saldo Líquido do Ativo							
Intangível	30.374	2.391	(60)	-	28.043		

Instituições financeiras	Vencimento final	Encargos	Valor contábil	
			31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos				
CAIXA - Saneamento para todos	2045	Varição da UPB mais 6% a.a. mais taxa de risco de 0,5% a 0,7% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	413.459	303.094
BRK Ambiental - Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGP-M e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m.	32.358	36.132
Total de financiamentos			445.817	339.226
Empréstimos				
Banco Sofisa	2023	Varição do CDI mais 0,55% a.m. ou 6,80% a.a.	-	21.748
Banco Santander	2028	Varição do CDI mais juros fixos de 0,52% a.m. ou 4,50% a.a.	236.926	261.836
Banco Daycoval	2023	Varição do CDI mais 0,55% a 0,65% a.m. ou 6,80% a 8,08% a.a.	-	35.023
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2023	Varição do IPCA mais 0,87% a.m. ou 11,00% a.a.	-	54.477
Corporación Andina de Fomento	2028	Varição do CDI mais 2,125% a.a.	246.865	-
International Finance Corporation	2031	Varição do CDI mais 3% a.a.	268.180	-
Subtotal de empréstimos			751.971	373.084
(-) Encargos antecipados			-	(2.957)
Total de empréstimos			751.971	370.127
Total de financiamentos e empréstimos			1.197.788	709.353
Arrendamentos financeiros				
Direito de uso veículos	2028	10,26%, 15,44%, 16,14%, 16,84%, 16,94%, 18,57% e 19,27% a.a.	54.551	15.851
Direito de uso máquinas operatrizes	2029	16,06%, 16,41% e 18,57% a.a.	79.314	78.094
Direito de uso edificação	2027	16,94% a.a.	1.084	1.561
Direito de uso máquinas e equipamentos	2028	15,44%, 15,92%, 16,06%, 17,86% e 19,27% a.a.	6.309	668
Subtotal arrendamentos			141.258	96.174
(-) Encargos Financeiros			(38.640)	(26.255)
Total de arrendamentos financeiros			102.618	69.919
Total financiamentos, empréstimos e arrendamentos			1.300.406	779.272
Circulante			112.186	150.310
Não Circulante			1.188.220	628.962

Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos	339.226	259.886
Captações	113.438	46.466
Transferência	-	36.132
Juros	28.458	22.609
Atualização Monetária	19.068	-
Taxa de administração	7.378	5.462
Pagamentos	(61.751)	(31.329)
- Principal	(26.473)	(8.503)
- Juros	(28.029)	(17.937)
- Taxa de administração	(7.249)	(4.889)
Saldo no final do exercício	445.817	339.226
Empréstimos	370.127	436.004
Captações	500.960	-
Juros	89.003	76.707
Pagamentos	(211.076)	(144.062)
- Principal	(134.460)	(67.853)
- Juros	(76.616)	(76.209)
Realização encargos financeiros	2.957	1.478
Saldo no final do exercício	751.971	370.127

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos, financiamentos e arrendamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	Acima de					Total
	2024	2025	2026	2027	2028	
Caixa	22.829	20.843	22.436	24.128	25.963	329.618
IFC - <i>International Finance Corporation</i>	8.179	15.600	31.200	31.200	46.800	135.201
CAF - Corporación Andina de Fomento	5.906	68.846	68.846	68.845	34.422	246.865
Santander	54.926	52.000	52.000	52.000	26.000	236.926
Arrendamentos - Direito de uso	20.346	22.374	26.305	25.574	8.019	102.618
Total	112.186	179.663	200.787	201.747	141.204	464.819

a) Financiamentos
Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: **a)** Contrato nº 410.018-73, para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 31 de dezembro de 2013, cuja liberação dos recursos pelo agente financeiro foi concluída em setembro de 2020, no montante de R\$ 69.582; **b)** Contrato nº 423.127-67, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Irlis II e III, Solar de Campinas e Parque Pomares, que atenderá 7.484 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 17.083, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2023, o total de R\$ 15.219; e **c)** Contrato nº 423.126-53, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, firmado em 9 de maio de 2014, teve a liberação dos recursos pelo agente financeiro concluída em abril de 2023 no montante de R\$ 43.954; **d)** Contrato nº 44.1.917-02, para obras de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água em diversos bairros do município de Campinas, para atender uma população estimada de 771.607 habitantes, no montante de R\$ 141.753, sendo R\$ 127.577 de financiamento e R\$ 14.175 de contrapartida. Para esta obra já foi desembolsado R\$ 70.171, até 31 de dezembro de 2023; **e)** Contrato nº 441.921-63, para obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campinas, para atender uma população estimada de 26.756 habitantes, no montante de R\$ 227.665, sendo R\$ 216.281 de financiamento e R\$ 11.383 de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2023, já foi desembolsado R\$ 44.088; e **f)** Contrato nº 520.217-27, para obras de troca de redes e ligações de água em diversos bairros de Campinas, para atender uma população estimada de 123.650 habitantes, no montante de R\$ 282.830, sendo, R\$ 268.688, de financiamento e R\$ 14.141, de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2023, já foi desembolsado R\$ 188.154. No dia 02 de julho de 2021 foi firmado o seguinte contrato: **g)** Contrato nº 526.794-49/2021, pela implantação das obras de melhoria e de modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Anhumas com a execução do Retrofit para aprimorar a eficiência do tratamento e a melhor qualidade da água devolvida ao meio ambiente, atendendo uma população estimada de 257.692 habitantes, no montante de R\$ 126.094, sendo R\$ 119.790 de financiamento e R\$ 6.304 de contrapartida, sendo que já foi desembolsado para esta obra, até 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.930.

b) Empréstimos
Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

No dia 30 de maio de 2023 ocorreu a repactuação do contrato de empréstimo junto ao banco Santander, que alongou o prazo de pagamentos de março de 2027 para maio de 2028 e as amortizações passaram de mensais para trimestrais. Os juros tiveram uma redução, passando de 7,19% a.a. mais CDI, para 4,50% a.a. mais CDI.

b1) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC
Em 28 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de endividamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº 356/2001 (atual Resolução CVM nº 175/2022), com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reservação de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

No dia 19 de fevereiro de 2016, os acionistas, através de Assembleia Extraordinária, autorizaram a cessão, pela Companhia, ao FIDC (SANASA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de parte dos direitos oriundos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico.

A coordenação para o processo de constituição, estruturação e colocação do SANASA FIDC, ficou sob a responsabilidade da empresa Planner Corretora de Valores S.A. em conjunto com os seguintes participantes: Administrador / Gestor do Fundo: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco Votorantim; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriue & Flesch Advogados e Agente de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Em dezembro de 2016 iniciou-se as atividades do SANASA FIDC, com a colocação no mercado de capitais de 115.493 (cento e quinze mil e quatrocentos e noventa e três) cotas seniores, totalizando a integralização de R\$ 115.534 (cento e quinze milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais). Também foram capitalizadas pela SANASA, 5.544 (cinco mil e quinhentas e quarenta e quatro) cotas subordinadas, totalizando R\$ 5.546 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e seis mil reais), equivalente ao percentual de 4,8% sobre o valor das cotas seniores integralizadas.

A colocação de cotas seniores do SANASA FIDC no mercado foi concluída no período de janeiro a 03 de março de 2017 (data final de colocação de cotas), totalizando 170.000 (cento e setenta mil cotas) pelo valor total de R\$ 170.477 (cento e setenta milhões e quatrocentos e setenta e sete mil reais), com a integralização no 1º trimestre de 2017 de R\$ 54.943 (cinquenta e quatro milhões e novecentos e quarenta e três mil reais) em cotas seniores e R\$ 2.937 (dois milhões e novecentos e trinta e sete mil reais) em cotas subordinadas, integralizadas no primeiro trimestre de 2017.

Esta operação possuía as seguintes características:

• Operação: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001 (atual Resolução CVM nº 175/2022);

13 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	91.840	134.608
Passivos de arrendamento	20.346	15.702
Total no passivo circulante	112.186	150.310
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	1.105.948	574.745
Passivos de arrendamento	82.272	54.217
Total no passivo não circulante	1.188.220	628.962
Total de Empréstimos e financiamentos	1.300.406	779.272

	Valor contábil	
	31/12/2023	31/12/2022
Varição da UPB mais 6% a.a. mais taxa de risco de 0,5% a 0,7% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	413.459	303.094
Atualização monetária pela variação ponderada do IGP-M e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m.	32.358	36.132
Total	445.817	339.226
Varição do CDI mais 0,55% a.m. ou 6,80% a.a.	-	21.748
Varição do CDI mais juros fixos de 0,52% a.m. ou 4,50% a.a.	236.926	261.836
Varição do CDI mais 0,55% a 0,65% a.m. ou 6,80% a 8,08% a.a.	-	35.023
Varição do IPCA mais 0,87% a.m. ou 11,00% a.a.	-	54.477
Varição do CDI mais 2,125% a.a.	246.865	-
Varição do CDI mais 3% a.a.	268.180	-
Total	751.971	373.084
(-) Encargos antecipados	-	(2.957)
Total de empréstimos	751.971	370.127
Total de financiamentos e empréstimos	1.197.788	709.353
Direito de uso veículos	54.551	15.851
Direito de uso máquinas operatrizes	79.314	78.094
Direito de uso edificação	1.084	1.561
Direito de uso máquinas e equipamentos	6.309	668
Subtotal arrendamentos	141.258	96.174
(-) Encargos Financeiros	(38.640)	(26.255)
Total de arrendamentos financeiros	102.618	69.919
Total financiamentos, empréstimos e arrendamentos	1.300.406	779.272
Circulante	112.186	150.310
Não Circulante	1.188.220	628.962

• Emissor: SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.;
• Total de cotas: até 170.000 (cento e setenta mil) cotas;
• Regime de colocação: Distribuição pública em esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2001 (atual Resolução CVM nº 160/2022);
• Cobertura da dívida: a Cedente (SANASA) repassará ao Cessionário, diariamente, seus direitos creditórios até o limite percentual de 20,4% (vinte vírgula quatro por cento), durante o prazo de duração do fundo;
• Data de vencimento: 96 meses a partir da data de emissão (8 anos);
• Atualização monetária: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
• Remuneração: juros fixos de 11% a.a.;
• Carência do Principal: 24 (vinte e quatro) meses;
• Amortização do principal por mês: 4,2% do principal do 25º ao 30º mês; 4,5% do principal do 31º ao 36º mês; 6,0% do principal do 37º ao 42º mês; 6,6% do principal do 43º ao 48º mês; 8,1% do principal do 49º ao 54º mês; 8,4% do principal do 55º ao 60º mês; 10,2% do principal do 61º ao 66º mês; 11,4% do principal do 67º ao 72º mês; 13,8% do principal do 73º ao 78º mês; 15,0% do principal do 79º ao 84º mês; 9,0% do principal do 85º ao 90º mês; 2,75% do principal do 91º ao 95º mês e 0,05% do principal no 96º mês;
• Periodicidade dos juros: juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo principal;
• Cotas Subordinadas: 4,8% da operação (adquiridas pela SANASA).

Com os recursos captados da Corporación Andina de Fomento (*Corporación Andina de Fomento* - CAF), a Companhia amortizou, em 16 de junho de 2023, o contrato de empréstimo com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.
No dia 03 de julho de 2023, a Companhia recebeu do Fundo de Investimentos em Direito Creditórios - FIDC o montante de R\$ 10.056, relativo à cota subordinada devido à quitação final do contrato, realizada no dia 16 de junho de 2023.

b2) Empréstimo obtido junto à Corporación Andina de Fomento - CAF
No dia 24 de abril de 2023, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto à CAF, no valor de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares), com pagamentos semestrais, prazo de carência de 18 meses, prazo de amortização do principal de 42 meses e taxa SOFR+2,70% a.a.

Referida operação financeira contará com Serviços de Gestão de Dívida, que abrange os Serviços de Proteção Cambial e de Proteção de Taxa de Juros, a serem contratados pela Companhia perante a CAF. O Serviço de Proteção Cambial refere-se à proteção contra variações cambiais em relação ao empréstimo, por meio da definição da taxa de câmbio aplicável à conversão entre a moeda de pagamento (Dólares) e a moeda de referência (Reais) para o cálculo do fluxo de pagamentos da totalidade do empréstimo. O Serviço de Proteção de Taxa de Juros refere-se à proteção contra variações da taxa de juros em relação ao empréstimo, por meio da definição de taxa de juros de referência para o cálculo do fluxo de pagamentos da totalidade do empréstimo.

No dia 30 de junho de 2023 foi concretizada a liberação do empréstimo pela CAF no valor de R\$ 240.960. Em 04 de julho de 2023, a Companhia quitou integralmente as operações de empréstimos junto as instituições financeiras Bancos Sofisa S.A. e Banco Daycoval S.A., conforme estabelecido no contrato de empréstimo junto à CAF.

b3) Empréstimo obtido junto à International Finance Corporation - IFC
No dia 19 de maio de 2023, a Companhia firmou contrato de empréstimo junto à IFC, membro do Grupo do Banco Mundial, no valor de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares), com pagamentos semestrais, prazo de carência de 24 meses, prazo de amortização do principal de 72 meses e taxa CDI+3,00% a.a.
No dia 18 de agosto de 2023 foi concretizada a captação do empréstimo pela IFC no montante de R\$ 260.000. Os recursos dessa operação financeira serão utilizados para pagamento de contrapartidas de investimentos financiados.

c) Covenants Financeiros
Os *covenants* financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

c1) Covenants de contratos com a CAIXA

Índices	Metas
Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA	Igual ou inferior a 5,0

c2) Covenants do FIDC

Índices	Metas
Razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA	Igual ou inferior a 5,0
Índice de Cobertura	Igual ou Superior a 3,5 vezes a QMM ^(a)

^{a)} QMM significa a Quantidade Mínima Mensal, que deverá transitar mensalmente pela conta vinculada durante o prazo de duração do fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação, observado o disposto no Contrato de Cessão.

c3) Covenants do contrato com o Banco Santander

Índices	Metas
Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA	Igual ou inferior a 4,0

c4) Covenants do contrato com a CAF

Índices	Metas
Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA)	Igual ou inferior a 4,0
Índice de Cobertura de Juros (EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas)	Igual ou superior a 1,0
Índice de Alavancagem Total (Passivo Total Líquido/Patrimônio)	Igual ou inferior a 2,5

c5) Covenants do contrato com o IFC

Índices	Metas
Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA ajustado)	Igual ou inferior a 4,0 de 2023 a 2028
	Igual ou inferior a 3,75 em 2029
	Igual ou inferior a 3,0 em 2030
Índice de Cobertura de Despesas de Juros	Igual ou superior a 2,0
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida Histórico	Igual ou superior a 1,1

A Companhia não possui nenhuma situação de descumprimento dos *covenants* financeiros dos contratos de empréstimos e financiamentos em 2023.

C6) Covenants não financeiros
A Administração e os Assessores Jurídicos da Companhia realizam o monitoramento das cláusulas condicionadas ao cumprimento de "*covenants*" não financeiros, com o intuito de garantir que estão sendo cumpridas, e entendem que não houve descumprimento de *covenants* durante o exercício de 2023 até a data de aprovação destas demonstrações contábeis.

d) Arrendamentos
Os arrendamentos tratam-se de contratos superiores a 1 (um) ano de direitos de uso, de forma exclusiva pela Companhia, de bens (máquinas operatrizes, veículos, equipamentos e edificação) para a utilização nos sistemas operativos de água e esgoto e em suas atividades de apoio.

Os compromissos relacionados aos arrendamentos, líquidos dos encargos financeiros, são classificados nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com a vigência do contrato. Os pagamentos de arrendamentos são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração de Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

14 FORNECEDORES



Reservatório Vila 31 de Março

continuação >>>

A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao plano de previdência privada:

Resumo das Obrigações calculadas		
Resumo das obrigações (em R\$)	31/12/2023	
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder	12.804	
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos	100.531	
Total das obrigações do exercício	113.335	
Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
Item (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações no início do exercício	105.242	97.534
Custo do serviço corrente	855	862
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	11.619	9.572
(Ganhos) / Perdas atuariais	(3.051)	(3.773)
(-) Benefícios pagos no ano	(10.859)	(8.782)
Contribuições participantes	9.529	9.829
Obrigações no final do exercício	113.335	105.242
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	93.779	92.572
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	12.678	10.960
Contribuições patronais	8.313	8.510
Contribuições participantes	9.529	9.829
(-) Benefícios pagos	(10.859)	(8.782)
Ganhos / (perdas) nos ativos financeiros	(8.800)	(19.309)
Ativos financeiros no final do exercício	104.740	93.779
(Déficit) / Superávit apurado	(8.625)	(11.463)
Valor justo dos ativos do plano		
Composição da Carteira		
	R\$	
Ativo total do plano	454.427	
(-) Fundo Previdenciária	(5.436)	
(-) Fundo Administrativo	(902)	
Ativo Líquido	448.089	
(-) Saldos de contas	(343.379)	
Ativo Líquido Final	104.710	

Reconciliação do passivo atuarial líquido			
Movimentação do passivo líquido	31/12/2023		
Passivo / (ativo) atuarial líquido no início do Exercício	11.463		
(Ganho) / perda a ser reconhecido em ORA	5.749		
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE	(8.587)		
- Custo do serviço corrente	855		
- Juros sobre a obrigação atuarial	11.619		
- Contribuição patronais	(8.383)		
- Rentabilidade sobre os ativos financeiros	(12.678)		
Passivo atuarial líquido no final do exercício	8.625		
Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA			
Saldos (em R\$)	31/12/2023		
(Ganhos) / perdas sobre as obrigações	(3.050)		
(Ganhos) / perdas sobre os ativos financeiros	8.799		
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano	5.749		
Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas			
Movimentação do passivo líquido	Impacto em R\$		
Redução da taxa de desconto	5.558		
Perda nos ativos financeiros do plano	8.799		
Alteração da tabela de mortalidade	-		
Movimentação populacional	-		
Ajustes por experiência do plano	(8.608)		
(Ganho) / perda ao final do exercício	5.749		
Projeção de custos para o exercício seguinte			
a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais	Itens	31/12/2024	
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		10.859	
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		(641)	
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		10.218	
b) Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros			
Itens	31/12/2024		
Rentabilidade esperada sobre financeiros	10.032		
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	1.881		
(-) Perdas de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(641)		
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	11.272		
c) (Receita) / despesa projetada para o próximo exercício			
Itens	31/12/2024		
Custo do serviço corrente	855		
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	10.218		
(-) Contribuições esperadas de participantes	(10.442)		
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(11.272)		
Total da despesa / (receita) a ser reconhecida no próximo exercício	(10.641)		
Testes de sensibilidade das premissas utilizadas			
a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre obrigações calculadas	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	113.335	-	-
Aumento (1%)	103.874	-8%	-
Redução (1%)	124.526	10%	-

d.2) Assistência médica			
A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais assistência médica por um período de 36 (trinta e seis) meses. A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R\$ 20.190 (R\$ 24.954 em 31 de dezembro de 2022).			
A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de assistência médica pós-aposentadoria:			
Resumo das Obrigações calculadas			
Resumo das obrigações (em R\$)	31/12/2023		
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder	10.043		
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos	10.147		
Total das obrigações do exercício	20.190		
Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022	
Obrigações no início do exercício	24.954	25.865	
Custo do serviço corrente	571	600	
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	2.505	2.379	
(Ganhos) / Perdas atuariais	(6.416)	(589)	
(-) Benefícios pagos no ano	(1.424)	(3.301)	
Passivo líquido ao final do exercício	20.190	24.954	
Reconciliação do passivo atuarial líquido			
Movimentação do passivo líquido (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício	24.954	24.954	
(Ganho) / perda a ser reconhecido em ORA	(6.416)		
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE	1.652		
- Custo do serviço corrente	571		
- Juros sobre a obrigação atuarial	2.505		
(-) Benefícios pagos no ano	(1.424)		
Passivo atuarial líquido no final do exercício	20.190		
Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
Saldos (em R\$)	31/12/2023		
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações	(6.416)		
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano	(6.416)		
Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas			
Descrição	Impacto em R\$		
Redução da taxa de desconto	744		
Aumento da rotatividade	(157)		
Redução do Aging Factor	(327)		
Redução da taxa de permanência (take-up)	(208)		
Execução do custeio integral dos dependentes	(18.633)		
Aumento per capita	12.374		
Ajustes por experiência do plano	(209)		
(Ganho) / Perda ao final do exercício	(6.416)		
Projeção de custos para o exercício seguinte			
a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais	Itens	31/12/2024	
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		1.906	
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		(348)	
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		1.558	
b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício			
Itens	31/12/2024		
Custo do serviço corrente	278		
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	1.558		
Total da despesa / (receita) a ser reconhecida no próximo exercício	1.836		
Testes de sensibilidade das premissas utilizadas			
a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	20.190	-	-
Aumento (1%)	21.342	5%	-
Redução (1%)	19.250	-5%	-

d.3) Indenização por aposentadoria por invalidez			
Nos casos de empregados que se aposentarem por invalidez permanente e que tiverem completado 5 (cinco) anos de serviço, a Companhia concede uma indenização equivalente a 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, além do valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de indenização por aposentadoria por invalidez no montante de R\$ 8 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022).			
A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de indenização por aposentadoria por invalidez:			
Resumo das Obrigações calculadas			
Resumo das obrigações (em R\$)	31/12/2023		
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder	8		
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos	-		
Total das obrigações do exercício	8		
Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022	
Obrigações no início do exercício	9	11	
Custo do serviço corrente	1	1	
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	1	1	
(Ganhos) / Perdas atuariais	(3)	(4)	
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	
Passivo líquido ao final do exercício	8	9	
Reconciliação do passivo atuarial líquido			
Movimentação do passivo líquido (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício	9	11	
(Ganhos) / perdas a ser reconhecido em ORA	(3)		
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE	2		
- Custo do serviço corrente	1		
- Juros sobre a obrigação atuarial	1		
(-) Benefícios pagos no ano	-		
Valor líquido do passivo / (ativo) do plano no final do ano	8		
Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
Saldos (em R\$)	31/12/2023		
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações	(3)		
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano	(3)		
Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas			
Descrição	Impacto em R\$		
Redução da taxa de desconto	1		
Movimentação populacional	(2)		
Ajustes por experiência do plano	(2)		
(Ganho) / Perda ao final do exercício	(3)		
Projeção de custos para o exercício seguinte			
a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais	Itens	31/12/2024	
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		1	
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		-	
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		1	
b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício			
Itens	31/12/2024		
Custo do serviço corrente	1		
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	1		
Total da despesa / (receita) a ser reconhecida no próximo exercício	2		
Testes de sensibilidade das premissas utilizadas			
a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	8	-	-
Aumento (1%)	7	-12%	-
Redução (1%)	9	14%	-

d.4) Auxílio funeral			
A Companhia cobre despesas com funeral do empregado, em atividade e/ou aposentado por invalidez, cônjuge/companheiro (a), ascendentes e descendentes de empregados. A Companhia subsidia o montante total das despesas com funeral, limitado ao valor do padrão conveniado com a SETEC - Serviços Técnicos Gerais de Campinas, e até 26,63% (vinte e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) do valor padrão conveniado com a SETEC para despesas com o funeral do cônjuge/companheiro (a), ascendentes ou descendentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de auxílio funeral no montante de R\$ 52 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2022).			
A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de auxílio funeral:			
Resumo das Obrigações calculadas			
Resumo das obrigações (em R\$)	31/12/2023		
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder	51		
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos	-		
Total das obrigações do exercício	51		
Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022	
Obrigações no início do exercício	41	38	
Custo do serviço corrente	2	1	
Juros líquido sobre a obrigação atuarial	5	4	
(Ganhos) / Perdas atuariais	4	(2)	
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	
Passivo líquido ao final do exercício	52	41	
Reconciliação do passivo atuarial líquido			
Movimentação do passivo líquido (em R\$)	31/12/2023	31/12/2022	
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício	41	38	
(Ganho) / perda a ser reconhecido em ORA	3		
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE	7		
- Custo do serviço corrente	2		
- Juros sobre a obrigação atuarial	5		
(-) Benefícios pagos no ano	-		
Valor líquido do passivo / (ativo) do plano no final do ano	51		
Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
Saldos (em R\$)	31/12/2023		
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações	3		
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano	3		
Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas			
Movimentação do passivo líquido (em R\$)	Impacto em R\$		
Redução da taxa de desconto	2		
Ajuste por experiência do plano	1		
(Ganho)/Perda ao final do exercício	3		
Projeção de custos para o exercício seguinte			
a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais	Itens	31/12/2024	
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		5	
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		-	
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		5	
b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício			
Itens	31/12/2024		
Custo do serviço corrente	2		
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	5		
Total da despesa / (receita) a ser reconhecida no próximo exercício	7		
Testes de sensibilidade das premissas utilizadas			
a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	51	-	-
Aumento (1%)	49	-4%	-
Redução (1%)	54	5%	-

19 PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS		
A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.		
A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:		
	31/12/2023	31/12/2022
	Provisão	Depósito
	Judicial	Judicial
	Líquido	Líquido
Trabalhistas	12.009 (7.845) 4.164	12.441 (7.692) 4.749
Cíveis	4.781 (651) 4.130	291 (95) 196
Fiscais	11.485 - 11.485	20 - 20
Total	28.275 (8.496) 19.779	12.752 (7.787) 4.965
19.1 Processos trabalhistas		
Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensões irregulares nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 12.009 é composto por: a) 71 (setenta e um) processos de funcionários próprios na soma de R\$ 5.963 e b) 156 (cento e cinquenta e seis) processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 6.046. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 225 (duzentas e vinte e cinco) reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 22.998.		
19.2 Processos cíveis		
Os casos mais frequentes são os de restabelecimentos de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 8 (oito) processos no total de R\$ 4.781. Não foram contabilizadas provisões de 111 (cento e onze) processos no montante de R\$ 42.215 por não representarem chances prováveis de perdas.		
A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e fiscais, do período encerrado em 31 de dezembro de 2023, tem a seguinte composição:		
	31/12/2023	31/12/2022
	Trabalhistas	Cíveis
	Fiscais	Fiscais
Saldo inicial	12.441 291 20	10.539 291 20
Adição à provisão	2.155 4.728 11.465	3.468 - -
Utilização	(2.587) (238) -	(1.566) - -
Saldo final	12.009 4.781 11.485	12.441 291 20

19.3 Processos fiscais		
Refere-se à provisão de sete processos administrativos, referente aos Autos de Infração, do item 2.2 a), no valor total de R\$ 11.485. Não foram contabilizadas provisões de 02 processos judiciais, no montante de R\$ 4.419, itens "j" e "p" da nota explicativa 19.4, por não representarem chances prováveis de perdas.		
19.4 Processos Tributários e Previdenciários		
a) Processos administrativos, fiscais e previdenciários		
Após fiscalização ocorrida em 2007, foram emitidos Autos de Infração com apontamento de créditos de encargos sociais no montante de R\$ 12.100. A SANASA vem manejando, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A Sanasa provisionou o valor de R\$ 11.485, em razão do depósito judicial efetuado nos autos da Tutela Antecipada Antecedente (proc. nº 5016520-40.2023.403), ajuizada com o objetivo de adesão antecipada ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos, da Lei nº 14.740/2023, da Receita Federal do Brasil (RFB), a qual dependia de regulamentação.		
b) Processo administrativo de compensação de IRPJ e CSLL		
No ano de 2006, a SANASA foi autuada no montante de R\$ 12.985 (proc. fiscal nº 10830.003.927/2006-86), obtendo êxito na anulação parcial, e os valores referentes ao IRPJ estão sendo questionados judicialmente, nos termos do item "b.1".		
b.1) Ação anulatória de débito fiscal de IRPJ		
Em 26/03/2015, a SANASA ajuizou ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 0005224-87.2015.4.03.6105) requerendo a suspensão da exigibilidade e consequente anulação do crédito relativo ao IRPJ no valor de R\$ 7.365, justificado pela imunidade tributária aos impostos federais da SANASA, sendo que, em 12/07/2021, foi julgada parcialmente procedente, anulando-se o auto de infração do proc. fiscal nº 10830.003.927/2006-86, e em 25/03/2022 o processo foi arquivado definitivamente.		
b.2) Processo judicial de execução fiscal de IRPJ e Multa		
Em 28/08/2019, a União ajuizou a Execução fiscal da CDA nº 80219015353-69 (proc. nº 5011826-67.2019.403.6105), proveniente do processo administrativo fiscal nº 10830.003.927/2006-86, no valor de R\$ 20.379, referente ao IRPJ e multa nos termos do item "b". Em 12/09/2019 a exigibilidade do crédito tributário foi suspensa através de depósito judicial no valor atualizado de R\$ 20.418. Em 15/10/2019, a SANASA opôs os Embargos à Execução (proc. nº 5014138-16.2019.403.6105), o qual foi extinto por sentença, após a União, em 26/06/2020, requerer a extinção da execução fiscal acolhendo a		



Captação Rio Atibaia



continuação >>>

m) Processo judicial de anulação de débito fiscal

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal nº 10830.720680/2013-95 e a não homologação de compensação de saldo negativo de IRPJ, a SANASA ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais (proc. nº 5005245-02.2020.403.6105) justificado pelo direito à compensação de crédito do período abarcado no acórdão do TRF da 3ª Região transitado em julgado em 15/08/2018, que declarou a SANASA imune aos impostos federais. Entretanto, em 21/09/2020, a referida ação anulatória foi julgada improcedente, sendo que, em 25/09/2020, a empresa recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região onde está aguardando julgamento do recurso.

m.1) Processo judicial de tutela antecipada antecedente

Considerando a improcedência da ação anulatória (item "m"), diante da iminente inscrição no CADIN e posterior execução fiscal, diante da necessidade da emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEN) que tinha vencimento em 02/12/2020, em 23/10/2020, a SANASA propôs a ação judicial (proc. nº 5011857-53.2020.4.03.6105), requerendo a concessão de Medida Liminar para aceitar a garantia antecipada da dívida. Em 25/03/2021, a ação foi julgada improcedente, sendo que, em 16/04/2021, a empresa recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região onde está aguardando julgamento do recurso.

n) Processo judicial de débito fiscal de compensação de PIS e COFINS

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal nº 10830-904218/2010-04 e nº 10830.905483/2010-00 e a não homologação de compensações de saldo negativo de IRPJ, a SANASA ajuizou, em 04/11/2020, ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 5011857-53.2020.4.03.6105), com depósito judicial no valor de R\$ 436, requerendo a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, e, com fundamento na imunidade tributária recíproca, ao final fosse declarado a nulidade dos respectivos autos de infração. A União manifestou-se informando que referidos créditos tributários estavam extintos, uma vez que estão abarcados pela imunidade tributária recíproca. Em 09/03/2023, com a certificação do trânsito em julgado, o juiz determinou o início do cumprimento de sentença e a expedição de ofício de transferência dos valores depositados judicialmente, o qual foi devidamente levantado em 09/10/2023. O processo será arquivado definitivamente.

o) Processo judicial para a exclusão da incidência do imposto de renda e da CSLL sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário

Considerando a recentíssima decisão do E. STF, com repercussão geral reconhecida (tema 962) proferida por unanimidade, em que pese ainda não transitada em julgado (publicada em 30/09/2021), em 04/02/2022, a SANASA propôs uma ação ordinária (proc. nº 5000970-39.2022.4.03.6105) requerendo a exclusão da incidência do imposto de renda e da CSLL sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário, bem como restituir e/ou compensar o indébito tributário nos últimos 5 anos anteriores ao ajuizamento da presente ação. Em 07/02/2022, o pedido de tutela de evidência foi deferido para determinar que a União se abstenha de exigir da Companhia a CSLL sobre os valores recebidos pela requerente a título de juros de mora (SELIC), relativos à restituição dos tributos pagos indevidamente, até o julgamento definitivo da ação. Em 27/04/2022 a União contestou a ação e em 05/08/2022 a SANASA manifestou-se em réplica. Em 14/01/2023 o processo foi remetido ao magistrado para promulgação de sentença. Em 21/11/2023, o processo foi julgado parcialmente procedente em relação ao pedido inicial, com resolução de mérito, a teor do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para declarar a inexigibilidade da incidência da CSLL sobre os valores atinentes à taxa SELIC recebidos em razão de restituição de indébito tributário, bem como a compensação administrativa de seus créditos comprovadamente recolhidos e apurados a esse título, a partir de 30/09/2021, conforme modulação dos efeitos do julgado no Tema 962 do STF. Em 17/11/2023, a União se manifestou informando que não irá recorrer da sentença e o processo será arquivado definitivamente.

p) Processo judicial base negativa de CSLL

Considerando o despacho decisório em processo administrativo fiscal nº 13074.722455/2023-62 e a não homologação de compensações de saldo negativo de CSLL, bem como a intimação fiscal para pagamento dos supostos créditos, sob pena de apontamento no CADIN e exclusão do Programa PRT, a SANASA ajuizou em 05/05/2023, mandado de segurança (proc. nº 5006126-71.2023.4.03.6105), com pedido de liminar para a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, e, com fundamento na imunidade tributária recíproca, ao final fosse declarado a nulidade do respectivo auto de infração. Em 06/06/2023, a liminar foi indeferida, intimando-se a Autoridade Coatora a prestar informações. Em 27/06/2023, a SANASA recorreu da decisão e o processo foi remetido ao TRF da 3ª Região para julgamento do recurso. Em 14/08/2023 o recurso foi indeferido, sendo que, em 18/08/2023 a SANASA efetuou o depósito judicial do valor integral do débito, suspendendo-se assim, sua exigibilidade até a decisão judicial transitada em julgado.

q) Processo judicial de suspensão da exigibilidade da COFINS e recolhimento do PASEP nos termos do Ente Público

Considerando a decisão judicial transitada em julgado que declarou a imunidade recíproca aos impostos federais da Companhia, nos termos do art. 150, VI, "a", da CF/88, em 06/06/2023 a SANASA ajuizou Mandado de Segurança (proc. nº 5007740-14.2023.4.03.6105) requerendo a suspensão da exigibilidade da COFINS, bem como garantir à Impetrante o direito de apurar e recolher o PASEP nos exatos termos do Ente Público, ou seja, 1% (um por cento) sobre as receitas auferidas, bem como a restituição

das quantias pagas nos últimos 5 anos, após o trânsito em julgado. Em 27/06/2023, a liminar foi indeferida, a Autoridade Coatora prestou informações, a SANASA apresentou Réplica e o processo se encontra com o magistrado para promulgação de sentença.

r) Processo judicial sobre Adesão Antecipada ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos da RFB

Em 21/12/2023, considerando a improcedência dos processos administrativos fiscais nºs 10830.011678/2008-64, 10830.007909/2009-16, 10830012486/2008-75, 10830.012941/2008-32, 10830.010513/2007-94, 10830.010511/2007-03 e 10830.010514/2007-39, e com a edição da Lei nº 14.740, de 29/11/2023, que dispõe sobre o Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos, mas sua adesão dependia da regulamentação da mencionada Lei, a SANASA ajuizou uma Tutela Antecipada Antecedente requerendo a concessão de tutela provisória de urgência em caráter antecedente para autorizar o depósito judicial no montante integral para liquidação dos 7 (sete) créditos tributários correspondentes aos mencionados processos administrativos fiscais, com os incentivos dispostos em seu art. 3º. Em 22/12/2023, a tutela de urgência foi deferida e os depósitos judiciais foram efetuados em 27/12/2023. Em 29/12/2023, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional foi intimada para se manifestar em 5 dias acerca dos referidos depósitos judiciais, e, não havendo óbice, suspender a exigibilidade dos referidos créditos tributários até decisão judicial transitada em julgado.

s) Processo judicial de Pagamento em Consignação de Verbas Previdenciárias

Em 20/01/2022, considerando a controvérsia no enquadramento da SANASA ao sistema eSocial, bem como dificuldade na emissão e pagamento das guias de recolhimento previdenciário, a Companhia ajuizou a Ação de Pagamento em Consignação (proc. nº 5000519-14.2022.4.03.6105) em face da União, promovendo o depósito judicial dos valores correspondentes às competências 12/2021, 01/2022, 02/2022 e 03/2022 no valor total de R\$ 26.012. Em 03/06/2022, a União contestou, discordando dos valores, pois não havia informações para análise, uma vez que não há acesso aos dados informados na GFIP da SANASA. Em 06/09/2023, a empresa requereu uma liminar para fins de emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEN), a qual foi indeferida em 11/09/2023. Designada audiência conciliatória para 11/10/2023, esta restou infrutífera sob a promessa de análise urgente dos depósitos judiciais junto à Receita Federal do Brasil. Em 31/10/2023, a União se manifestou informando as divergências de valores, bem como a divergência relativa aos códigos de operações de depósitos. Em 23/11/2023, a SANASA promoveu a complementação dos depósitos judiciais, bem como os pedidos de conversão dos depósitos para as contas judiciais corretas, sendo que, em 28/11/2023, a União suspendeu a exigibilidade dos débitos previdenciários e o processo será remetido ao magistrado para sentença.

19.5 Processos cíveis

Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios

Em 21/02/2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. Em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Campinas (proc. nº 0014581-72.2007.403.6105), alegando violação de monopólio postal, em virtude de a SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (Lucros cessantes). No dia 28/04/2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21/05/2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e, ainda no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05/08/2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Contudo, atualmente, levando-se em conta Decisão do Tribunal Regional Federal, a qual deu provimento à apelação da SANASA, a possibilidade de perda do processo alterou de possível para remota, conforme ultimada decisão acerca do acórdão, tendo sido inadmitido o recurso especial e extraordinário interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e encontra-se no supremo questão relativa à repercussão geral sobre Monopólio.

20 RECEITA DIFERIDA - SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Parte da infraestrutura dos sistemas operativos de abastecimento de água e saneamento leve, em sua construção, apoio com recursos oriundos de subvenções governamentais federal (PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, ANA - Agência Nacional de Águas e FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e estadual (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, PCJ - Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos e REÁGUA - Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas). Segue, abaixo, a descrição dos investimentos e as origens dos recursos.

	Valor da Subvenção		Data de Encerramento
	31/12/2023	31/12/2022	
Programa de Aceleração do Crescimento			
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II (2º módulo)	46.008	49.558	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II	20.684	22.194	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Região de Viracopos	15.459	16.777	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Parque Oziel	3.776	4.092	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Taubaté	6.765	7.155	Obra encerrada
Total Programa de Aceleração do Crescimento	92.692	99.776	
Agência Nacional de Águas (ANA)			
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista	7.300	7.300	2º sem. 2024(a)
Total Agência Nacional de Águas	7.300	7.300	
Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)			
Sistema de Água - Região de Viracopos	3.052	3.133	Obra encerrada
Total Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)	3.052	3.133	
Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)			
Estação de Tratamento de Lodo - ETA's III e IV	1.693	1.860	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Joaquim Inácio	2.103	2.154	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - San Martin	1.527	1.726	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Liceu / Chapadão	1.648	1.691	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Cruzeiro / Jardim Leonor	1.348	1.383	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Castelo Branco	1.302	1.338	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Cândida	798	857	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim das Oliveiras	1.706	1.746	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Paraíso	986	1.009	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Flamboyant	1.214	1.242	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Nova	1.324	1.355	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Parque São Quirino	1.821	1.863	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Modesto Fernandes	1.484	1.517	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Afife	812	830	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Proost Souza	1.758	1.796	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Aurélio	1.811	1.851	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Bonfim	1.721	1.759	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Madalena	2.322	2.373	Obra encerrada
Troca de Rede de Água - Jardim CNEO	1.179	1.204	Obra encerrada
Total Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)	28.557	29.554	
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)			
Estação de Tratamento de Esgoto - Barão Geraldo	677	740	Obra encerrada
Total Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	677	740	
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)			
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara	1.392	1.489	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Proença	1.789	1.836	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão	1.746	1.789	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2	2.017	2.065	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras	593	637	Obra encerrada
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta	14	21	Obra encerrada
Total Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	7.551	7.837	
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA			
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1	1.840	1.885	Obra encerrada
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1	583	637	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2	207	230	
Controle de Perdas	8.029	8.409	Março de 2024
Total Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	10.659	11.161	
Total Geral	150.488	159.501	
Circulante	9.019	8.981	
Não Circulante	141.469	150.520	

a) A Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) Boa Vista encontra-se em fase final de operação assistida e ajustes operacionais, com previsão de início pleno das operações no 2º semestre de 2024.

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de imobilizado. Também é reconhecido no balanço patrimonial, um passivo de igual valor, o qual é apropriado ao resultado proporcionalmente ao período de depreciação desses investimentos. Em 2023 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 9.012 (R\$ 9.951 em 2022) a título de Receitas de Subvenções.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 600.534.016 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2023 (508.209.912 ações em 31 de dezembro de 2022), e sua composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	600.483.901	99,991654925%
COHAB	10.023	0,001669015%
EMDEC	10.023	0,001669015%
SETEC	10.023	0,001669015%
Lauro Péricles Gonçalves	10.023	0,001669015%
Paulo Henrique Pimentel Rizzo	10.023	0,001669015%
Total	600.534.016	100,000000000%

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 27 de abril de 2023, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital e lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 74.957 da reserva de lucros para investimento, de R\$ 9.951 da reserva

de incentivos governamentais, de R\$ 5.493 da reserva legal, de R\$ 1.907 da reserva de subvenções para investimentos e de R\$ 16 da reserva de correção especial (Lei 8.200/91), perfazendo o montante de R\$ 92.324.

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

A seguir é demonstrado o cálculo da remuneração dos acionistas:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	111.798	119.811
(-) Reserva de incentivos governamentais	(9.012)	(9.951)
Base de cálculo para a reserva legal	102.786	109.860
(-) Reserva legal (5%)	(5.139)	(5.493)
Base de cálculo dos dividendos	97.647	104.367
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	5.859	6.263
Juros sobre o capital próprio - proposto (a)	34.141	28.737
Dividendos adicionais (a)	30.006	20.005
Total dos dividendos e juros sobre capital próprios distribuídos	70.006	55.005

(a) depende de aprovação em Assembleia Geral Ordinária

c) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação (básico e diluído) foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

	Básico e Diluído	
	2023	2022
Resultado líquido do exercício	111.798	119.811
Média ponderada de ações (mil ações)	577.453	494.454
Resultado por ação	0,19361	0,24231

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$ 5.139 em 2023 em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

d.2) Reserva para Investimentos

É constituída com base no montante do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos governamentais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 27.641 do lucro remanescente para a constituição de Reserva para Investimentos. O referido recurso será aplicado em obras de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, conforme estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

d.3) Reserva de Incentivo Governamental

Constituída no montante de R\$ 9.012 em 2023, nos termos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que o valor da subvenção governamental não deve ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pelo resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido (Reserva de Incentivo Governamental), a partir da conta de Lucros Acumulados.

22 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A composição das receitas operacionais, por natureza, bem como a reconciliação da receita bruta para a receita líquida é apresentada da seguinte:

	2023	2022
Receitas de água	639.113	563.980
Receitas de esgoto	722.027	632.364
Receitas com prestação de serviços e outros	45.555	49.165
Total da receita operacional bruta	1.406.695	1.245.509
Descontos, retificações e devoluções	(85.108)	(77.215)
Contribuições sobre vendas e serviços	(54.878)	(48.485)
Total da receita operacional líquida	1.266.709	1.119.809

23 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2023	2022
Salários e ordenados	326.334	312.975
Materiais de tratamento	42.332	37.922
Materiais gerais	42.125	32.945
Serviços terceirizados	114.103	89.456
Aluguéis	20.670	20.664
Tributos	2.948	2.759
Energia elétrica	60.448	59.713
Outras utilidades	316	386
Depreciações	76.133	63.715
Despesas ativadas	(22.385)	(19.376)
Outros custos e despesas	822	859
Total	663.846	602.018
Custo do sistema operativo de água	343.789	312.781
Custo do sistema operativo de esgoto	320.057	289.237
Total	663.846	602.018

24 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E COM AS VENDAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

	2023	2022
Salários e ordenados	219.969	202.270



Estação de Tratamento de Água - ETA 1 e 2

continuação >>>

28 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, representados pelo sistema operativo de água e sistema operativo de esgoto. A Administração da Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversos custos e despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	2023			2022		
	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total
Receita Operacional Bruta	660.433	746.262	1.406.695	587.168	658.341	1.245.509
Descontos, retificações e devoluções	(40.478)	(44.630)	(85.108)	(36.782)	(40.433)	(77.215)
Contribuições sobre vendas e serviços	(25.764)	(29.114)	(54.878)	(22.858)	(25.627)	(48.485)
Receita Operacional Líquida	594.191	672.518	1.266.709	527.528	592.281	1.119.809
Custos das vendas e dos serviços prestados	(343.789)	(320.057)	(663.846)	(312.781)	(289.237)	(602.018)
Lucro Bruto	250.402	352.461	602.863	214.747	303.044	517.791
Despesas gerais e administrativas	-	-	(271.545)	-	-	(224.842)
Despesas com vendas	-	-	(152.088)	-	-	(129.728)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	63.152	-	-	-
Resultado financeiro	-	-	(122.873)	-	-	(92.262)
Contribuição social	-	-	(7.711)	-	-	(9.655)
Lucro líquido do período	-	-	111.798	-	-	119.811

	2023			2022		
	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total	Sistema Operativo de Água	Sistema Operativo de Esgoto	Total
Receita Operacional Líquida por Categoria de Consumidor						
Residencial	372.249	405.782	778.031	332.218	361.974	694.192
Pública	51.134	63.199	114.333	47.390	56.561	103.951
Comercial	155.190	186.970	342.160	133.973	158.682	292.655
Industrial	15.618	16.567	32.185	13.947	15.064	29.011
Total	594.191	672.518	1.266.709	527.528	592.281	1.119.809

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

29 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros para cobertura de danos contra incêndio, raio, explosão, roubo e furto, danos físicos, responsabilidade civil, além de outros danos nas instalações e/ou edificações de prédios localizados no município de Campinas. Possui também contratos de seguros para cobertura de danos em equipamentos e, ainda, seguros contra danos materiais de terceiros e danos corporais de terceiros para veículos. Os limites máximos de indenizações dos seguros contratados estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização
Edifício Sede Localizado na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP	Sompo Seguros	30/06/2023 a 30/06/2024	22.700
Almoxarifado Cidade Jardim, Rua Franco da Rocha, nº 755	Mapfre	11/04/2023 a 11/04/2024	6.675
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari I	Fator Seguradora	30/11/2023 a 30/11/2024	1.000
Centro de Atendimento SANASA, Av. Saudade, nº 391, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP	Porto Seguro	17/02/2023 a 17/02/2024	3.780
Agência de Atendimento no Distrito do Ouro Verde	Porto Seguro	27/01/2023 a 27/01/2024	2.450
Agência de Atendimento no Distrito do Campo Grande	Sompo Seguros	01/07/2023 a 01/07/2024	2.300
Agência de Atendimento no Distrito de Sousas	Porto Seguro	29/06/2023 a 29/06/2024	794
Agência de Atendimento no Distrito de Nova Aparecida	Mapfre	24/06/2023 a 24/06/2024	1.333
1 Veículo Caminhão Iveco Modelo TECTOR	Seguros Sura	09/08/2023 a 09/08/2024	402
43 Veículos (Pick-up's, motos, furgões, van's, tratores e caminhões) (*) (**)	Porto Seguro	21/06/2023 a 21/06/2024	4.300
161 Veículos (Pick-up's, motos, furgões, van's, tratores e caminhões) (*) (**)	Gente Seguradora	04/11/2023 a 04/02/2024	16.100
Equipamentos (Perfuratriz, escavadeira modelo Vio 12-2ª, máquina de solda)	Porto Seguro	12/02/2023 a 12/02/2024	1.586
Equipamentos (Georadar, reflectômetro, máquina para emenda de fibra, coletor de dados, receptor de sinais e equipamentos ópticos)	Mitsui Sumitomo	30/09/2023 a 30/09/2024	434
Equipamentos Portáteis	Mitsui Sumitomo	04/04/2023 a 04/04/2024	180
Total			64.034

* Os seguros contratados cobrem somente danos materiais de terceiros e danos corporais de terceiros

** Foram inseridos como limite máximo de indenização somente os valores de danos materiais de terceiros

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais contratado para cobertura dos empregados, diretores e estagiários, contemplando em 15 vezes o valor do salário, com a empresa Seguros Sura, com vigência de 25 de setembro de 2023 a 25 de setembro de 2024.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram auditadas e revisadas pelos nossos auditores independentes.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

30.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	2023	2022
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes	320.445	81.884
Aplicações financeiras	19.740	14.893
Custo amortizado		
Contas a receber	309.428	263.652
Total	649.613	360.429
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.197.788	709.353
Arrendamento	102.618	69.919
Fornecedores	83.407	72.836
Total	1.383.813	852.108

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

30.2 Gestão de risco financeiro

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade a taxa de juros: a Companhia realizou a análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, a partir de um cenário considerado provável pela Administração com base nas taxas do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), UPB (Unidade Padrão de Remuneração), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e taxas de juros remuneratórios, considerando um período de doze meses após a data de 31 de dezembro de 2023 ou até a data de liquidação final do contrato, a partir de um cenário provável. A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar o impacto de eventuais alterações ou oscilações nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros, considerando indicadores de mercado existentes. Importante mencionar que em eventual liquidação os valores poderão ser diferentes dos projetados devido às estimativas utilizadas no processo de elaboração.

Descrição	Indexador	Exposição em 31/12/2023	Taxa Juros Estimada (*)	Projeção Receitas/ Juros a Incorrer
ATIVOS				
Aplicações Financeiras (Curto Prazo)	CDI	317.323	9,00%	28.559
Aplicações Financeiras (Longo Prazo)	CDI	19.740	9,00%	1.777
Total Ativos		337.063		30.336
PASSIVOS				
Financiamentos				
Caixa - Contrato 410.018-73	Juros de 8,5% a.a. + UPB	57.208	10,56%	4.795
Caixa - Contrato 423.127-67	Juros de 8,5% a.a. + UPB	13.177	10,56%	1.243
Caixa - Contrato 423.126-53	Juros de 8,5% a.a. + UPB	37.867	10,56%	3.170
Caixa - Contrato 441.921-63	Juros de 8,7% a.a. + UPB	42.286	10,77%	5.026
Caixa - Contrato 441.917-02	Juros de 8,7% a.a. + UPB	68.624	10,77%	6.570
Caixa - Contrato 520.217-27	Juros de 8,7% a.a. + UPB	192.343	10,77%	18.003
Caixa - Contrato 526.794-49	Juros de 8,7% a.a. + UPB	1.954	10,77%	1.199
BRK Ambiental - EPAR Capivari	Juros de 12,0% a.a.	32.358	12,00%	3.467
Total		445.817		43.473
Empréstimos				
Banco Santander	CDI + 4,50% a.a.	236.926	16,67%	33.639
Contrato CAF	CDI + 2,125% a.a.	246.865	14,02%	32.897
Contrato IFC	CDI + 3,00% a.a.	268.180	15,00%	34.660
Total		751.971		101.196
Total Passivo		1.197.788		144.669
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA		860.725		114.333

(*) Para empréstimos e financiamentos foi considerada taxa média ponderada base 31/12/2023.

Fonte: Relatório Focus BACEN de 19/01/2024, URP (Caixa Econômica Federal), IPCA (IBGE), TJLP (BNDES), TR (BACEN), fontes internas e outras fontes externas

b) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas).

O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R\$309.428 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 263.652 em 31 de dezembro de 2022 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 5. A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 74.363, representando 19,4% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2022, esta estimativa era de R\$ 59.065, equivalentes a 18,3%.

Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange toda a população do Município de Campinas. Considerando o tipo de negócio, a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte, que será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão, conforme legislação vigente.

c) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos com terceiros nas datas previstas. Para mitigar os riscos de liquidez, a Administração da Companhia efetua diariamente a gestão do fluxo de caixa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. Além disso, a Administração também monitora permanentemente os níveis de endividamento e o cumprimento dos *covenants* financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. O cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, está evidenciado na nota explicativa nº 13.

DIRETORIA EXECUTIVA

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR

Diretor Presidente

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO JORGE ZERAIK

Diretor Administrativo

FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES

Diretor Comercial

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS

Diretor Técnico

CONTROLADORIA

ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR

Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3

JEAN CARLOS PEREIRA

Contador - CRC 1SP180441/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS JOSÉ BERNARDELLI

Presidente do Conselho

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR

Conselheiro

PEDRO BENEDITO MACIEL NETO

Conselheiro

VALDEMIR MOREIRA DOS REIS JÚNIOR

Conselheiro

MARCELO DUTRA BLEY

Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FILHO

Conselheiro

VICENTE PORTO VILELA

Conselheiro

SINVAL ROBERTO DURIGON

Conselheiro

HERMAS ANTÔNIO CHEBABI LICIO

Conselheiro

GUSTAVO DI TELLA FERREIRA

Conselheiro

CLÁUDIA CRISTINA AUGUSTO

Conselheira

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da SANASA foi instituído na reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018. Sua constituição contempla 5 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

O CAE tem como objetivo atuar como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas, reportando-se diretamente ao referido Conselho e agindo com autonomia e independência no exercício de suas funções, pautando-se em:

- Opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- Avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre as políticas e procedimentos de remuneração da administração, uso de ativos da Companhia, e gastos incorridos em nome da Companhia;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e CAE em relação às demonstrações financeiras; e
- Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações contábeis, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

ABDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2023 e pela revisão especial de suas informações contábeis intermediárias. Como parte normal de suas atribuições, também efetuou avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

2. Principais atividades realizadas no período

No transcorrer do ano de 2023, o CAE realizou 12 (doze) reuniões, em que foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributárias, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Avaliação da integridade das demonstrações contábeis da Companhia;
- Avaliação dos pontos indicados no relatório circunstanciado de recomendações de melhoria da estrutura de controles internos emitido pela auditoria independente;
- Acompanhamento do plano de atividades da auditoria interna;
- Apreciação do relatório de recomendações da TATICCA Auditores Independentes S.S., referente ao Relatório de Sustentabilidade 2022; e
- Participação nos treinamentos de LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e no Treinamento Anual de *Compliance* e Gestão de Riscos Corporativos.

3. Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia.

Com relação à Auditoria Externa, BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2023 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAE verificou que as demonstrações contábeis estão apropriadas em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Pelo exposto, o CAE considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Nesse sentido, não possui qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Campinas, 20 de março de 2024.

EDER MASSOCO

Coordenador do CAE

PAULO CEZAR TEIXEIRA DE MAGALHÃES

Membro do CAE

PAULO DE TARSO LAUANDOS ZAKIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.

Campinas - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.** ("Companhia"), que comparem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*) financeiro das contas a receber

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a Administração da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da Administração e a avaliação de fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos, e, do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento com responsáveis da Administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber;
- Avaliação das estimativas utilizadas pela Administração em relação às perdas esperadas contabilizadas;
- Análise da integridade das bases de cálculo utilizadas;
- Testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações;
- Recálculo matemático dos índices de inadimplência;
- Inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da Administração com relação a parcelamentos; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da Administração da Companhia, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.k e 22, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Nesse sentido, com base na relevância do montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação e entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa da receita não faturada;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar as receitas não faturadas no período contábil adequado;
- Analizamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita não faturada, por meio de amostragens;
- Teste documental, em bases amostrais de documentos suportes e comprovantes de recebimentos financeiros; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita não faturada da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, que é consistente com a avaliação da Administração da Companhia, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 3.k e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Empréstimos e financiamentos - Cumprimento de cláusulas contratuais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Administração da Companhia realizou captações relevantes na forma de empréstimos e financiamentos junto as instituições financeiras - *International Finance Corporation* - IFC e a *Corporación Andina de Fomento* - CAF. Tais contratos possuem cláusulas de antecipação de dívida, que envolve o cumprimento de certas obrigações, que quando descumpridas, podem gerar a possibilidade de aceleração de dívidas e o acionamento de cláusulas restritivas cruzadas (*cross default*). Desta forma, a Administração, com base em seu entendimento e no entendimento dos seus Assessores Jurídicos, julga que não há descumprimento de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras relacionadas com apresentação de protestos de dívida líquida e certa.

A Administração e seus Assessores Jurídicos interpretam que não existe fundamentação legal ou contratual de vencimento antecipado por parte de credores até a data das demonstrações contábeis, estando garantido à Companhia o direito incondicional de continuar mantendo o diferimento da liquidação com base nos termos contratualmente estabelecidos.

Nesse sentido, considerando a complexidade do julgamento na interpretação dos contratos com algumas instituições financeiras, a necessidade de controles internos robustos e tempestivos e a relevância deste assunto para o risco de liquidez da Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação e entendimento dos controles internos implementados pela Administração da Companhia sobre o processo de monitoramento do cálculo dos índices dos *covenants* financeiros e não financeiros;
- Emissão de carta e recebimento de respostas de circularização para confirmação dos saldos registrados nas demonstrações contábeis;
- Leitura e análise dos contratos dos empréstimos e financiamentos com o objetivo de avaliar os seus impactos no período contábil adequado;
- Recálculo dos juros, segregação de circulante e não circulante, índices dos *covenants* financeiros, e confronto com os registros reconhecidos no resultado do exercício;
- Teste documental, em bases amostrais dos documentos suportes, bem como, dos comprovantes financeiros;
- Obtenção de opinião de assessores jurídicos internos em conjunto com a Administração da Companhia; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de monitoramento do cálculo dos índices dos *covenants* financeiros e não financeiros da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, que é consistente com a avaliação da Administração e Assessores Jurídicos da Companhia, consideramos que estas operações, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.h e 18, a Companhia oferece aos seus funcionários benefícios pós-emprego referentes a previdência privada, assistência médica, indenização por aposentadoria, indenização por invalidez e Auxílio funeral. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudo emitido pelo atuário independente. As informações sobre ativos e passivos destes benefícios, bem como os critérios de mensuração das obrigações, estão descritas nas notas explicativas supracitadas.

Nesse sentido, com base na relevância dos registros contábeis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2023, e considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais, incluindo variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação, que

podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliar-nos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado; e
- Também avaliamos e revisamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os benefícios a empregados incluídas nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, que é consistente com a avaliação da Administração da Companhia, consideramos que são razoáveis os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento destes passivos pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 3.h e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento e complexidade por parte da Administração e seus Assessores jurídicos, e, do impacto que eventuais mudanças poderiam trazer nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O entendimento dos controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal;
- Obtenção de cartas de confirmação diretamente dos Assessores Jurídicos externos e internos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Administração da Companhia sobre o risco de perda e valores envolvidos nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Envolvimento de nossos especialistas como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Administração e seus Assessores Jurídicos nos processos fiscais mais significativos; e
- Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre avaliação das provisões para contingências, que está consistente com a avaliação da Administração e dos Assessores Jurídicos da Companhia, consideramos que os critérios e premissas para estabelecer as provisões para contingências adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros Auditores Independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 17 de fevereiro de 2023.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 031522/F

Ronaldo Silva dos Santos
Contador CRC 1 SP 228140/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Com base nos exames efetuados e considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, com opinião

não modificada, da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., de 22 de março de 2024, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 22 de março de 2024.

MICHEL ABRÃO FERREIRA

ADERVAL FERNANDES JÚNIOR

LAIR ZAMBON